

# Entidades que receberam subvenções perdem sigilo

Em sessão secreta realizada ontem a CPI do Orçamento aprovou a quebra de sigilo bancário, fiscal e patrimonial de 18 entidades assistenciais e educacionais que receberam volumosas subvenções em 1992, no valor médio de 250 mil dólares (CR\$ 46,25 milhões ao câmbio comercial). A maior parte das entidades (13) está sediada na Baixada Fluminense e é ligada aos deputados Fábio Raunhetti (PTB-RJ) e Fêres Nader (PTB-RJ), acusados pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos.

A quebra do sigilo bancário dessas entidades pretende confirmar duas suspeitas da CPI, segundo explicou o seu relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A primeira é de que as verbas não tenham sido aplicadas como deviam e foram simplesmente desviadas. A segunda é de que os recursos foram destinados a entidades de ensino que cobram caro por suas matrículas, quando deveriam ser reservados a associações beneficentes. Segundo Magalhães, apenas no segundo semestre do ano passado, quando o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) era ministro da Ação Social, cinco entidades controladas por familiares de Raunhetti e Nader receberam subvenções no valor de 1,5 milhões de dólares.

“Pretendemos mostrar que esse esquema das subvenções sociais é injusto e um desperdício de

dinheiro público, a que o País não pode se dar o luxo”, explicou o relator. “Estamos dispostos a modificar a estrutura de poder. A CPI, na sessão secreta de ontem, aprovou também, por sugestão do deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), a quebra do sigilo bancário, fiscal e patrimonial de Trajano Tristão de Macedo e José Roberto Nasser.

São as seguintes as entidades que tiveram o sigilo bancário quebrado pela CPI: Hospital Escola São José, Associação Promotora de Evangelismo, Faculdades Integradas Augusto Motta, Sociedade Barramansense de Ensino Superior, Associação Fluminense de Educação, Associação Educacional Caxiense, Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Bom Jesus, Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, Centro Educacional do Realengo, Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Mesquita, Sociedade Assistencial Barramansense de Ensino e Cultura e Colégio Aplicado Sesni, todas no Rio de Janeiro; Faculdade de Farmácia Bioquímica de Cuiabá e Faculdade de Odontologia de Cuiabá, no Mato Grosso; Organização Santamarense de Educação e Cultura, em São Paulo; Instituto de Tecnologia, Educação e Amparo Educacional a Carentes, no Distrito Federal; e Fundação Vivili, no Piauí.